



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



**Sobrevivendo no inferno da violência da urbanização:
Crime, colapso e as novas fronteiras da produção do espaço
contemporâneo**

Gustavo Prieto
Unifesp

Thiago Canettieri
UFMG

Priscila Coli Rocha
University of California, Berkeley

Juliana Nazaré Luquez Viana
UFMG

Taís Freire de Andrade Clark
UFMG

RESUMO GERAL

"Nas ruas áridas da selva/Eu já vi lágrimas demais, o bastante pra um filme de guerra" (Racionais MC's, Periferia é periferia; Sobrevivendo no inferno)

O desafio colocado por esta sessão livre envolve a análise das relações entre violência da urbanização, crime e as novas fronteiras da produção do espaço em colapso. Tal problemática se articula com as investigações realizadas por autores da Teoria Urbana Crítica - mobilizados pela noção de produção do espaço - que explicitam o processo de formação desigual da propriedade privada que institui a segregação socioespacial como fundamento do urbano contemporâneo (HARVEY, 2005; CARLOS, 2011; LÖW, 2016; BRENNER, 2019; ELDEN; MORTON, 2022; SCHMID, 2022). Ainda que as temáticas ganhem destacada importância na reflexão sobre a questão, ressalta-se que esse é um assunto historicamente negligenciado. A elaboração da Teoria Urbana Crítica só acolheu esse assunto no rol de temas pertinentes muito recentemente.

A premissa em tela envolve o deslocamento da contradição capital-trabalho para os novos conteúdos das relações entre centro-periferia a partir de sujeitos/atores/grupos que simultaneamente implodem parte do papel do Estado, na regulação/gestão fundiária, e explodem os agenciamentos criminais no espaço. Assim, para além da localização cartográfica de fenômenos, objetiva-se nesta sessão livre a análise da espacialidade violenta como prática da

urbanização capitalista e o colapso contemporâneo do urbano frente aos processos de militarização (GRAHAM, 2016), milicianização (HIRATA *et al.*, 2021) e expansão das facções na produção e gestão das metrópoles.

As diferentes pesquisas que serão apresentadas nessa sessão livre apontam uma convergência de lógicas violentas na produção do espaço urbano e metropolitano contemporâneo. A expansão das periferias e a reprodução social periférica é atravessada por diferentes matizes de práticas violentas e, por consequência, de sua contraparte dialética, práticas securitárias. A partir dos trabalhos de campo e experiências, os autores e autoras encontram e analisam a vida cotidiana em territórios periféricos que está submersa pela dimensão violenta-securitária.

Em geral, o olhar dos técnicos, acadêmicos, gestores e formadores de opinião mobilizam rapidamente a chave clássica: trata-se de “ausência ou ineficácia da segurança pública” (O’DONNELL, 1993). As pesquisas mostram, contrariando essa premissa, mas corroborando com as mais recentes etnografias urbanas sobre o assunto, a existência de uma profunda relação entre as lógicas ilícitas da criminalidade e da sociabilidade violenta e o funcionamento da segurança pública (BARBOSA, 1998; TELLES; HIRATA, 2007; FELTRAN, 2011; 2019; HIRATA, 2017; BERALDO, 2022) e sobretudo da presença do Estado (ARAUJO SILVA, 2019). Assim, a sessão livre pretende contribuir no questionamento de um certo consenso ao tratar sobre as formas de violência no processo de urbanização.

Pretende-se, assim, analisar a dinâmica dialética da presença-ausência do Estado em suas margens (DAS; POOLE, 2004), onde as práticas socioespaciais da violência e da segurança se manifestam de maneira mais evidente:

As margens são o lugar onde a violência é praticada de modo mais direto e brutal. A violência dos acessos diferenciais a serviços e equipamentos, mesmo que eles estejam presentes; a violência de um genocídio de jovens e negros normalizado por políticas de segurança e por governantes cuja marca é a gestualização do uso das armas; a violência da explicitação da desigualdade e da descartabilidade daqueles que aparecem como números; a violência do cálculo das mortes; a violência das formas de governo e de pacificação (RIZEK, 2022, pp. 58-59).

Assim, constatamos uma nova gramática da sobrevivência em favelas e periferias que estão submetidas a arregos, extorsões, mineiragens, burocracia miliciana e criminal, enredando tais práticas com a circulação de dinheiro, nova morfologia do trabalho e a desigual geometria do poder na sociedade (FELTRAN, 2014). Diante disso, as dinâmicas recentes de uma espacialidade violenta emergem ao nível de rua, dos bairros e da cidade que merecem maior aprofundamento analítico.

A produção do espaço nesse contexto miliciano-militarizado reproduz barreiras e fronteiras fortemente armadas. Observam-se ocupações e loteamentos inteiros mobilizados pelo mundo do crime, que vem se tornando um aspecto central na expansão das fronteiras e na fragmentação do tecido urbano.

A sociabilidade violenta que emerge de uma vida cotidiana securitizada é um princípio de coordenação das práticas (MACHADO DA SILVA, 2010), o elemento novo da violência urbana brasileira que está conectado não apenas a uma suposta fraqueza institucional (como o tema da ausência ou deficiência do Estado), mas na transformação do padrão de uso da força física por parte dos

agentes criminosos que borram fronteiras entre civis e militares; público e privado; Estado e crime; "trabalhadores" e "bandidos".

Isto é, está em curso um processo de transformação qualitativa da violência, de meio socialmente regulado de obtenção de interesses para o centro de um padrão/de uma ordem de sociabilidade em formação em uma espacialidade que produz cidades como campos de batalha, lugares em guerra e soldados-cidadãos (GRAHAM, 2017). Um conjunto de novos atores coletivos alteram as condições de reprodução da ordem pública na cidade e reconfiguram as dinâmicas de produção e reprodução do espaço urbano contemporâneo. Estes não apenas operam a violência como sinônimo de criminalidade, mas são sujeitos centrais da reprodução do espaço urbano e metropolitano contemporâneo.

Encontramo-nos diante do desenvolvimento da instauração de uma sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2004) que produz uma espacialidade violenta. Esse novo ordenamento do espaço é submetido a uma lógica miliciana-criminal da produção do espaço. Os casos analisados na Sessão Livre partem do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte, indicando a concretização de uma hegemonia compartilhada e a convergência de práticas espaciais violentas-securitárias.

PROFISSÃO MILICIANO: MILICIANIZAÇÃO DO TRABALHO E NOVOS NEGÓCIOS NAS FRONTEIRAS DA URBANIZAÇÃO

O diagnóstico de crise da sociedade do trabalho e do salário e os processos de expansão da flexibilização, coação, precarização, uberização, intermitência e superexploração da classe trabalhadora são conteúdos fundantes da contradição capital-trabalho no século XXI (ANTUNES, 2020; ABÍLIO, 2022; RIZEK, 2019; HATTON, 2020). Por outro lado, a crise urbana aprofundada pela valorização imobiliária do solo urbano e por contínuos processos de expropriação e espoliação constitui uma urbanização crítica em um moto-contínuo de segregação socioespacial, abrindo novas fronteiras periféricas da produção do espaço urbano (ALVAREZ, 2014; SIMONI-SANTOS, 2022). Segregação e periferação são grandes oportunidades de negócios e são concebidas com olhar empreendedor por novos agentes produtores das cidades: as milícias (MANSO, 2020; HIRATA *et al.*, 2021). Uma vida cotidiana mediada pela privação do urbano tem impactos expressivos no redesenho do mundo do trabalho no espaço urbano. A viração dos trabalhadores das periferias metropolitanas, encontra uma nova morfologia neoliberal do trabalho conectando tanto formas de auto-empresariamento — constituída por uma gramática da sobrevivência (BRAGA; SILVA, 2022) e uma pragmática vitalista (GAGO, 2018) —, quanto por postos de trabalho em coletivos criminais e nas milícias. As milícias, como grupos de extermínio, operadores de políticas públicas e coletivos extrativistas de renda, riqueza e patrimônio produzem o espaço urbano tanto em termos de construção civil como na gestão imobiliária, mediando uma vida cotidiana armada e uma milicianização de formas de trabalho. Um novo conjunto de pesquisas tem se debruçado sobre a expansão das conexões entre o mundo do trabalho e o mundo do crime (LYRA, 2020; ARAUJO SILVA, 2022) e o trânsito entre categorias como “trabalhadores” e “bandidos” (FELTRAN, 2007), borrando noções clássicas que instituem novos significados em territórios controlados por milícias. Práticas laborais tipificadas como extorsão, homicídios, formação de quadrilha, receptação de cargas e operação ilegal de políticas urbanas fazem

parte das atividades definidas como trabalho por milicianos. Além disso, trabalhadores não necessariamente milicianos profissionais são assalariados em mercados e negócios operados, geridos e dominados pelas milícias. A pesquisa reconstitui em incursões etnográficas na Zona Oeste carioca trajetórias de três trabalhadores: Ney, um frente de milícia vendedor de gás e responsável pela segurança privada; Fonseca, um jovem miliciano ex-policial militar, preso e expulso da corporação por receptação de cargas e carros roubados e Fulvio, um quase-trabalhador da milícia enredado no trabalho informal e em bicos, que perdeu um posto de trabalho miliciano em meio à guerra pelo domínio de um novo território nas margens da urbanização.

OCUPAÇÕES PERIFÉRICAS, DISPUTAS FUNDIÁRIAS E A CAPITALIZAÇÃO IMOBILIÁRIA DE ATIVIDADES CRIMINAIS: QUANDO A QUESTÃO HABITACIONAL ENCONTRA A QUESTÃO CRIMINAL

A partir de dados levantados a partir do contato com interlocutores e interlocutoras chaves, essa pesquisa busca apresentar a dinâmica da produção do espaço em uma ocupação na Região Metropolitana de Belo Horizonte que se relaciona com práticas criminais. A presença do tráfico de drogas varejista nas periferias urbanas brasileiras é algo já conhecido da teoria social (FELTRAN, 2011). Entretanto, dinâmicas recentes indicam que a disputa fundiária desempenha um papel fundamental na capitalização das atividades criminais (SIMONI-SANTOS, 2022). Objetiva-se, com essa pesquisa, compreender a dinâmica imobiliária em territórios periféricos que desencadeia disputas fundiárias a partir da inserção de agentes criminais, na maioria das vezes relacionados ao tráfico de drogas, no mercado imobiliário de lotes periféricos. A hipótese que orienta essa apresentação é que a presença de agentes ligados ao tráfico de drogas em torno da questão imobiliária, sobretudo na compra e venda de lotes abertos em áreas de ocupação, está ligado com a necessidade de capitalização das atividades criminais.

LOTEAMENTOS FRAUDULENTOS PLANEJADOS: MILÍCIAS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO RIO DE JANEIRO, BRASIL

A literatura sobre urbanização no sul global mostra que muitos assentamentos irregulares iniciados por moradores ou movimentos sociais contam com planos urbanísticos além de seguir normas de planejamento visando à regularização futura e, conseqüentemente, à incorporação social, espacial e econômica da população residente (SANTOS, 1981; CASTILLO; RAINES, 2001; CALDEIRA, 2017). Nesse trabalho ilustro como um outro agente da produção do espaço no contexto brasileiro – as milícias – interagem com instrumentos de planejamento e legislações urbanas ao produzir loteamentos fraudulentos (HOLSTON, 2009, p. 209), uma das tipologias imobiliárias com a qual elas se envolvem. A motivação para essa abordagem vem do crescente interesse dessa organização criminosa na produção do espaço e da ausência de estudos que busquem compreender as causas desse fenômeno para além do ganho econômico (BENMERGUI; GONÇALVES, 2019; HIRATA *et al.*, 2021; POPE, 2022). Um dos argumentos que busco desenvolver é que através do entendimento sobre a relação entre a produção do espaço pelas milícias e

planejamento urbano, também é possível coletar pistas sobre como a primeira contribui para as operações da segunda. Esse trabalho utiliza como estudo de caso um loteamento na Baixada Fluminense e conta com 15 entrevistas entre moradores, ativistas e funcionários da prefeitura, bem como pesquisa de arquivo no jornal O Globo e análise de documentos municipais e federais. Por fim, é importante destacar que a análise apresentada aqui é parte de uma pesquisa em andamento e, portanto, introduz reflexões e resultados ainda preliminares.

“BEM-AVENTURADOS OS PACIFICADORES...”: FÉ, TRABALHO E ILEGALISMOS, A TRÍADE DO COLAPSO URBANO CONTEMPORÂNEO

Um jovem traficante que trabalha para o Comando Vermelho; um ex-traficante, hoje presbítero de igreja evangélica; um homem que trabalhou para o CV e hoje, convertido ao cristianismo evangélico, empreende em diferentes negócios. Os três são moradores do Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro e nessa etnografia encontramos a tríade que apresentaremos como a maior expressão da crise urbana contemporânea no Brasil: fé (ALVITO, 2001; SPYER, 2020), trabalho (ANTUNES, 2018) e ilegalismos (HIRATA *et al*, 2021). Essa discussão pretende colaborar com a urgente - e imprescindível - aproximação entre segurança pública e planejamento urbano, reforçando a premissa que política pública para as cidades, especialmente nos espaços metropolitanos, se constrói com o reconhecimento de sua complexidade e não com a pretensão de pacificação (FARIAS *et al*, 2018). Os argumentos aqui apresentados foram construídos no âmbito da unidade didática *Produção do Espaço e Militarização da Vida Urbana*, ofertada pelo departamento de urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG e refinados a partir da análise de entrevistas colhidas em campo no conjunto de favelas e bairros periféricos de São Gonçalo. Dominado pelo Comando Vermelho há décadas, em fevereiro de 2018, o Complexo do Salgueiro foi ocupado por forças de segurança para garantir a Intervenção Federal que durou até dezembro daquele mesmo ano; em 2020, um adolescente evangélico de 14 anos foi morto durante nova operação policial; em 2021, nove corpos foram encontrados após ação da PMRJ na localidade. Se na crença evangélica os pacificadores têm a esperança de serem chamados filhos de Deus, a vida cotidiana de moradores crentes ou não, a sobrevivência é ainda um inferno.

DINHEIRO NO BOLSO: CRIME, TRABALHO INFORMAL E CONSTRUÇÃO ILEGAL

Nas cidades contemporâneas a violência urbana é fonte cotidiana de manchetes de jornais: gerente do tráfico é preso portando alta quantia em dinheiro, drogas e armas. O homem foi surpreendido em seu barracão por agentes da polícia na noite de ontem. Ao ser questionado pelo delegado, o suspeito negou as acusações e respondeu que exercia atividade lícita, fazendo “bico” de pintor e pedreiro. O agente responsável pela condução do suspeito disse que o homem já era conhecido da polícia e que todo traficante que é preso na região afirma trabalhar na indústria da construção civil. O relato acima corresponde de forma genérica à grande parte das matérias veiculadas na mídia mineira acerca das prisões efetuadas nas operações policiais realizadas no Aglomerado da Serra, localizado na zona sul de Belo Horizonte. Nessa narrativa,

a figura do traficante e do “trabalhador” — ainda que ligado ao mercado informal — normalmente aparece completamente desassociada, mas na favela, as fronteiras entre legalidade, ilegalidade e criminalidade e formalidade e informalidade não são tão sólidas (TELLES; HIRATA, 2007; FELTRAN, 2007; ROCHA, 2017). No Aglomerado da Serra, a renda familiar é muitas vezes composta pela soma do arrecadado em diferentes fontes, fruto de trabalho formal, informal e ilegal. É comum que a mesma pessoa que trabalha “fichada” durante a semana, realize “bicos” nos horários vagos e ainda participe ocasionalmente dos “corres” no varejo de drogas. O presente trabalho foi desenvolvido com base na minha pesquisa de doutorado em andamento, que investiga a relação entre criminalidade e a conformação do bairro Serra em Belo Horizonte, onde se localiza a maior favela de Minas Gerais. A pesquisa demonstrou que a dificuldade de conceber que o traficante e o pedreiro/pintor muitas vezes são a mesma pessoa afeta diretamente a discussão sobre criminalidade e a construção de políticas públicas voltadas para a segurança e prevenção à violência. A partir de uma análise jurídica das categorias de legalidade, formalidade e criminalidade (BATISTA, 1990; DI PIETRO, 2013), busco entender a sociabilidade da favela sob uma ótica institucional, mas também da violência (MACHADO DA SILVA, 2004), de modo a aproximar a discussão criminológica e penal do planejamento urbano.

BIBLIOGRAFIA

ABILIO, Ludmila. Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. **Contemporânea**, São Carlos, v. 24, p. 30-45, 2022.

ALVAREZ, Isabel. A plasticidade da metrópole de São Paulo: reprodução do espaço, financeirização e propriedade da terra. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 11, p. 130-163, 2014.

ALVITO, Marcos. **As cores de Acari**: uma favela carioca. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços da era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAUJO SILVA, Marcella. **Urban Public Works, Drug Trafficking and Militias: What Are the Consequences of the Interactions Between Community Work and Illicit Markets?** *Journal of Illicit Economies and Development*, v. 1, n. 2, p. 164, 4 jun. 2019.

ARAUJO SILVA, Marcella. As prestações de conta de um pequeno negócio. **Política & Trabalho**, João Pessoa, v. 56, p. 86-101, 2022.

BENMERGUI, Leandro; GONÇALVES, Rafael. Soares. Urbanismo Miliciano in Rio de Janeiro. **NACLA Report on the Americas**, v. 51, n. 4, p. 379–385, 2 out. 2019.

BARBOSA, Antonio. **Um abraço para todos os amigos**: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói, EDUFF, 1998.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BERALDO, Ana. **Negociando a vida e a morte**: Estado, igreja e crime nas margens urbanas. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2022.

BRAGA, Ruy; SILVA, Diogo. The Meanings of Uberism: Work, platforms, informality and forms of resistance in the city of São Paulo. **Política & Trabalho**, João Pessoa, v. 18, p. 118-135, 2022.

BRENNER, Neil. **New Urban Spaces**: Urban Theory and the Scale Question. New York: Oxford University Press, 2019.

CALDEIRA, Teresa. Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 35, n. 1, p. 3–20, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTILLO, José.; RAINES, Sarah. Urbanisms of the Informal: Transformations in the Urban Fringe of Mexico City. **PRAXIS: Journal of Writing + Building**, v. 1, n. 2, p. 100–111, 2001.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. (orgs.). **Anthropology in the margins of the State**. Santa Fé: School for Advanced Research Press, 2004.

DI PIETRO, Maria Sylvia Z. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2013.

ELDEN, Stuart; MORTON, Adam David. From the Rural to the Urban and the Production of Space. In: LEFEBVRE, H. **On the Rural. Economy, Sociology, Geography**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2022, p. ix-xlvi.

FARIAS, Juliana *et al.* (orgs.). **Militarização no Rio de Janeiro**: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

FELTRAN, Gabriel. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Temáticas** (UNICAMP), v. 15, p. 11-50, 2007.

FELTRAN, Gabriel. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Cadernos CRH**, v. 27, p. 495-512, 2014.

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão**: políticas e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FELTRAN, Gabriel. Economias (i)lícitas no Brasil: uma perspectiva etnográfica. **Journal of Illicit Economies and Development**, vol.1, n.2, 2019.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

GRAHAM, Stephan. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Harvey, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HATTON, Erin. **Coerced: Work under Threat of Punishment**. Oakland: University of California Press, 2020.

HIRATA, Daniel *et al.* **A questão dos ilegalismos: a crescente militarização e milicialização das cidades**. Em: Reforma Urbana e Direito à Cidade: questões, desafios e caminhos. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 363–384.

HIRATA, Daniel. **Sobrevivendo na adversidade: mercados e forma de vida**. São Carlos: Ed.UFSCAR, 2022.

HIRATA, Daniel *et al.* **A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. (Relatório final)**. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF); Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ), 2021. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_RJ_FINAL.pdf. Acesso: 20/12/2022.

HOLSTON, James. **Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

LYRA, Diogo. Operários da Firma: Mundo do Trabalho no Mundo do Crime. **Antropolítica**, v. 3, p. 90-115, 2020.

LÖW, Martina. **The Sociology of Space: Materiality, Social Structures, and Action**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: RIBEIRO, Luiz. César (org.). **Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 291-351.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. ‘Violência urbana’, segurança pública e favelas: O caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, Vol. 23, n. 59, 2010, p. 283-300.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias**. São Paulo: Todavia, 2020.

O’DONNELL, Guillermo. On the state, democratization and some conceptual problems: A Latin American view with glances at some postcommunist countries. **World Development**, v. 21, n. 8, p. 1355–1369, ago. 1993.

POPE, Nicholas. **Militias going rogue: Social dilemmas and coercive brokerage in Rio de Janeiro’s urban frontier**. *Journal of International Development*, p. jid.3636, 9 fev. 2022.

RIZEK, Cibele. Um mosaico macabro: modulações contemporâneas sobre trabalho, moradia e violência de Estado. **Proposta** (Rio de Janeiro), v. 129, p. 10-19, 2019.

RIZEK, Cibele. Periferias – revisitando fraturas e crises. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; RIZEK, Cibele (orgs.). **Direito à cidade e direito à vida: perspectivas**

críticas sobre o urbano na contemporaneidade. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2022.

ROCHA, Rafael Lacerda Silveira. **Vinganças, guerras e retaliações: um estudo sobre o conteúdo moral dos homicídios de caráter retaliatório nas periferias de Belo Horizonte**, 2017. Tese de doutorado. Or. Corinne Davis Rodrigues. Minas Gerais: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SCHMID, Christian. **Henri Lefebvre and the Theory of the Production of Space**. Londres/Nova York: Verso, 2022.

SIMONI SANTOS, César. Fragmentação do espaço, crime e violência: para além da governamentalidade. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; RIZEK, Cibele. **Direito à cidade e direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano na contemporaneidade**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2022.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam**. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

TELLES, Vera; HIRATA, Daniel. Cidades e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, vol. 21, n.61, p.173-191, 2007.